



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 05 / 09 / 07

Silvio Ezequiel Barbosa  
Mat. Siape 91745

2º CC-MF  
PL

Processo nº : 13558.000445/2002-13  
Recurso nº : 131.819  
Acórdão nº : 201-80.016

Recorrente : ITAREL ITABUNA RETÍFICA LTDA.  
Recorrida : DRJ em Salvador - BA

MF - Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
de 18 / 09 / 2007

Com

**NORMAS PROCESSUAIS. OPÇÃO PELA VIA JUDICIAL.**

A opção do contribuinte pela via judicial implica renúncia ou desistência da via administrativa.

**Recurso não conhecido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por ITAREL ITABUNA RETÍFICA LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, optando pela via judicial.** O Conselheiro Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça acompanhou o Relator pelas conclusões.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 2007.

*Josefa Maria Coelho Marques*  
Josefa Maria Coelho Marques  
Presidente

*Gileno Gurjão Barreto*  
Gileno Gurjão Barreto  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Walber José da Silva, Fabiola Cassiano Keramidas, Maurício Taveira e Silva, José Antonio Francisco e Roberto Velloso (Suplente).



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES	CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília,	05 / 09 / 07
SSB	
Silvio Serafim Barbosa	
Mat. Siage 91745	

2<sup>a</sup> CC-MF  
Fl.

Processo nº : 13558.000445/2002-13  
Recurso nº : 131.819  
Acórdão nº : 201-80.016

Recorrente : ITAREL ITABUNA RETÍFICA LTDA.

## RELATÓRIO

Trata-se de auto de infração (fls. 03/04) em relação à Cofins dos meses de julho a dezembro de 1997, no valor de R\$ 55.008,74, decorrente de auditoria interna de DCTF, por irregularidades nos recolhimentos dos débitos informados na DCTF e por declarações inexatas, em virtude da não-comprovação de processo judicial que autorizaria compensações efetuadas pela contribuinte. A mesma foi notificada da referida autuação em 10/06/2002 (fl. 66).

Inconformada a Recorrente impugnou o lançamento (fls. 05/09) em 09/07/2002, alegando, em síntese, que: a) havia equivocado o fundamento de que não teria comprovado o Processo nº 93.0005762-6, de autoria da impugnante, em face da União Federal, tendo-lhe sido reconhecido o crédito em virtude de pagamentos indevidos, com decisão favorável transitada em julgado, conforme decisão proferida pelo STJ no REsp nº 73.398/DF; b) em vez de executar a Fazenda Pública, optou pela compensação de seu crédito com crédito tributário a título de Cofins na forma do art. 66 da Lei nº 8.383/91; c) seus procedimentos estariam de acordo com as Instruções Normativas SRF nºs 21 e 32, ambas de 1997; e d) claramente pela insubstância do lançamento fiscal. Anexou planilhas de apuração de crédito de Finsocial, da compensação efetuada e da ação ajuizada e sua respectiva sentença, além da decisão mencionada em sua impugnação.

Por meio de seu Acórdão (fls. 70/77), a 4<sup>a</sup> Turma da DRJ em Salvador - BA, em 22/03/2005, concluiu por existir ação judicial em nome da contribuinte questionando o reconhecimento e validade das compensações efetuadas. Dessa forma, tendo em vista a concomitância de ações em discussão, nas esferas administrativa e judicial, não conheceu da impugnação.

Cientificada em 14/04/2005, interpôs a contribuinte recurso voluntário (fls. 81/85) em 12/05/2005, trazendo novamente à discussão os seus argumentos apresentados na manifestação de inconformidade, atalhando, resumidamente, que a administração fazendária não poderia negar à recorrente o seu direito à compensação de Cofins, ou que, no mínimo, fosse sobreposta a cobrança da referida contribuição lançada até que fosse julgada definitivamente a ação judicial em curso.

É o relatório.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE	CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília,	05/09/07
SBB	
Silvio Siqueira Barbosa	
Mat.: Siape 91745	

2<sup>o</sup> CC-MF  
Fl.

Processo nº : 13558.000445/2002-13  
Recurso nº : 131.819  
Acórdão nº : 201-80.016

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR**  
**GILENO GURJÃO BARRETO**

O recurso é tempestivo. Quanto à alegada insuficiência do arrolamento de bens para a propositura do recurso voluntário, observo que a recorrente apontou terreno que afirma valer R\$ 255.000,00 e trouxe como documento comprobatório deste valor a composição do Ativo Imobilizado consoante a DIPJ 2004 (fl. 109). Conforme ofício da Receita Federal (fl. 111), o valor na DIPJ seria inferior ao alegado no formulário de arrolamento, o que impediria o prosseguimento do recurso. Contudo, verifico que, não obstante o valor constante na DIPJ não seja igual ao apontado no formulário, o que acontece de forma recorrente, em face da impossibilidade de correção monetária das demonstrações financeiras desde meados de 1994, trata-se de área de 28 ha no KM 508 da BR 101, em Itabuna - BA. Além disso, foi exarado parecer pela Superintendência Regional da 5<sup>a</sup> Região opinando pelo prosseguimento do feito

Sendo assim, após ressaltar que, nos termos da Lei nº 8.137/1990, a contribuinte responsabiliza-se, sob as penas da lei, pelas informações prestadas, entendo superada tal preliminar e, portanto, admissível o recurso voluntário.

Com efeito, pelas informações e documentos constantes nos autos, bem como pelas próprias declarações da contribuinte, verifico que esta discute em âmbito judicial, em processo de execução ainda inconcluso, tais valores (fls. 39 a 42), objetivando compensar, com fulcro no art. 66 da Lei nº 8.383/1991, valores que teriam sido recolhidos a maior e indevidamente a título de Finsocial, no período de setembro de 1989 a março de 1992, que, conforme constata o Acórdão recorrido e a própria contribuinte reconhece, não havia transitado em julgado.

O entendimento da Fiscalização é de que, não tendo transitado em julgado a decisão judicial, a contribuinte não pode fazer a compensação. Já a contribuinte entende o contrário.

Sendo assim, é evidente que o mesmo assunto está sendo discutido nas duas vias, de tal forma que o que for decidido na via judicial prevalecerá sobre qualquer outra decisão. Dessa forma, à vista da prevalência da decisão judicial sobre a administrativa, do recurso não se deve conhecer, conforme farta, mansa e pacífica jurisprudência desta Câmara e deste Segundo Conselho de Contribuintes, como se lê dos acórdãos cujas ementas vêm a seguir transcritas:

***"Número do Recurso: 114949***

***Câmara: PRIMEIRA CÂMARA***

***Número do Processo: 16327.000127/98-18***

***Tipo do Recurso: VOLUNTÁRIO***

***Matéria: PIS***

***Recorrente: BANCO INDUSVAL S/A***

***Recorrida/Interessado: DRJ-SÃO PAULO/SP***

***Data da Sessão: 11/07/2001 09:00:00***

***Relator: Gilberto Cassuli***

***Decisão: ACÓRDÃO 201-75092***



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 05/09/07

SBR  
Silvio Serafim Barbosa  
Mat.: Siape 91745

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 13558.000445/2002-13  
Recurso nº : 131.819  
Acórdão nº : 201-80.016

**Resultado: NPM - NEGADO PROVIMENTO POR MAIORIA**

**Texto da Decisão:** I) Por unanimidade de votos, não se conheceu do recurso, quanto à matéria objeto de ação judicial; e II) Por maioria de votos, negou-se provimento ao recurso, quanto à matéria remanescente. Vencido o Conselheiro Gilberto Cassuli (relator) Designado o Conselheiro Serafim Fernandes Corrêa para redigir o acórdão. Esteve presente o advogado da recorrente o Dr. Ricardo Alexandre Pires da Silva.

**Ementa:** NORMAS PROCESSUAIS - LANÇAMENTO PARA PREVENIR A DECADÊNCIA - MATÉRIA SUB JUDICE - IMPOSSIBILIDADE DE CONCOMITÂNCIA ENTRE PROCESSO JUDICIAL E ADMINISTRATIVO - BAIXA PARA AGUARDAR A DECISÃO JUDICIAL - Em respeito ao princípio da segurança jurídica e da unicidade da jurisdição, porque sempre prevalecerá a decisão judicial sobre a administrativa, não se pode aceitar a concomitância entre processo judicial e administrativo. Por isso, o presente processo deve ser devolvido à repartição de origem para aguardar a decisão judicial. Recurso não conhecido nesta parte. PIS - TAXA SELIC - Nos termos do art. 13 da Lei nº 9.065/95, é cabível o lançamento de juros tendo como referência a Taxa SELIC. Recurso negado."

**"Número do Recurso:** 115673

**Câmara:** PRIMEIRA CÂMARA

**Número do Processo:** 13924.000033/00-35

**Tipo do Recurso:** VOLUNTÁRIO

**Matéria:** RESSARCIMENTO DE IPI

**Recorrente:** MATAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA

**Recorrida/Interessado:** DRJ-FOZ DO IGUAÇU/PR

**Data da Sessão:** 19/02/2002 14:30:00

**Relator:** Rogério Gustavo Dreyer

**Decisão:** ACÓRDÃO 201-75879

**Resultado:** NCU - NÃO CONHECIDO POR UNANIMIDADE

**Texto da Decisão:** Por unanimidade de votos, não se conheceu do recurso, por opção pela via judicial.

**Ementa:** NORMAS PROCESSUAIS RENÚNCIA À VIA ADMINISTRATIVA CONCOMITÂNCIA ENTRE PROCESSO JUDICIAL E ADMINISTRATIVO. A opção pela via judicial importa na desistência da discussão do mérito do processo e seus efeitos na esfera administrativa. Recurso não conhecido."

**"Número do Recurso:** 116318

**Câmara:** SEGUNDA CÂMARA

**Número do Processo:** 13888.000289/99-11

**Tipo do Recurso:** VOLUNTÁRIO



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE	CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 05/09/07	SBB
Sílvio Siqueira Barbosa Mat. Siape 91745	

2º CC-MF  
FI.

Processo nº : 13558.000445/2002-13  
Recurso nº : 131.819  
Acórdão nº : 201-80.016

Matéria: **RESTITUIÇÃO/COMP PIS**

Recorrente: **NASCIMENTO REFRIGERAÇÃO PEÇAS LTDA**

Recorrida/Interessado: **DRJ-CAMPINAS/SP**

Data da Sessão: **20/03/2002 09:00:00**

Relator: **Gustavo Kelly Alencar**

Decisão: **ACÓRDÃO 202-13677**

Resultado: **NCU - NÃO CONHECIDO POR UNANIMIDADE**

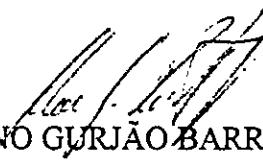
Texto da Decisão: *Por unanimidade de votos, não se conheceu do recurso, por renúncia a via administrativa.*

Ementa: **NORMAS PROCESSUAIS. PROCESSO JUDICIAL. CONCOMITANTE COM O PROCESSO ADMINISTRATIVO.**  
*Havendo concomitância entre o processo judicial e o administrativo sobre a mesma matéria, não haverá decisão administrativa quanto ao mérito da questão, que será decidida na esfera judicial. Recurso não conhecido."*

Em suma, estando a matéria sendo discutida nas duas esferas, voto no sentido de não conhecer do presente recurso voluntário.

É o meu voto.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 2007.

  
GILENO GURJÃO BARRETO